



CONTRATO Nº 009/2013 (PMRC)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2013 (PMRC)

A CONCESSÃO A PESSOA JURÍDICA, HABILITADA PARA TRANSPORTE COLETIVO NA ÁREA DE TRANSPORTE ESCOLAR, DESTINADO À ZONA URBANA E RURAL DESTES MUNICÍPIO, PARA PRESTAR SERVIÇO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E LAZER, CONFORME PERCURSOS, QUILOMETRAGENS E VALORES MÁXIMOS POR ITEM, CONTIDOS NO PROJETO BÁSICO DO TRANSPORTE ESCOLAR, BEM COMO NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS PELA LEI MUNICIPAL Nº 143/99 E PELO REGULAMENTO DO TRANSPORTE ESCOLAR, COMPREENDENDO O ANO LETIVO DE 2013

O MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CLARO, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 75.449.579/0001-73, com sede à Rua Cel. Emílio Gomes, nº 731, nesta Cidade de Ribeirão Claro, Estado do Paraná, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, o Sr. **GERALDO MAURÍCIO ARAÚJO**, empresário, portador da Carteira de Identidade RG nº M-1.038.666-MG e inscrito no CPF/MF nº 089.954.609-97, e pela Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer, a Professora **CLEUZA MOLINI ORMENEZE**, servidora pública municipal, portadora da Carteira de Identidade RG nº 4.032.254-8/SSP-PR e inscrita no CPF/MF nº 515.320.009-44, ambos brasileiros, casados, residentes nesta cidade de Ribeirão Claro, Estado do Paraná, de ora em diante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado, a empresa **J. FERREIRA & M. J. FERREIRA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF nº 11.431.275/0001-04 com sede no Sítio São Marcos, s/n, Bairro dos Cunha, Ribeirão Claro, Estado do Paraná, neste ato representada por seu sócio, o Sr. **JOSÉ FERREIRA**, brasileiro, casado, motorista, portador da Carteira de Identidade RG nº 8.759.594 SSP/PR e inscrito no CPF/MF nº 374.395.619-53, doravante denominado simplesmente **CONTRATADA**, acordam e ajustam firmar o presente contrato, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de Julho de 2002, pelos Decretos Federais nº 3.931, de 19 de Setembro de 2001 e nº 4.342, de 23 de Agosto de 2002, pela Lei Municipal nº 255, de 19 de Abril de 2006, pelo Decreto Municipal nº 356, 23 de Agosto de 2007, aplicando-se subsidiariamente do que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666 de 21 de Junho de 1993 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, assim como pelas condições do Pregão Presencial nº 001/2013 (PMRC), homologado em 07 de Fevereiro de 2013, pelos termos da proposta da CONTRATADA, e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, deveres, obrigações e responsabilidades das partes.

Cláusula Primeira - O OBJETO

Constitui o objeto deste Contrato a **concessão a pessoa jurídica, habilitada para transporte coletivo na área de transporte escolar, destinado à zona urbana e rural deste município, para prestar serviço a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer, conforme percursos, quilometragens e valores máximos por item, contidos no Projeto Básico do Transporte Escolar, bem como nas condições estabelecidas pela Lei Municipal nº 143/99 e pelo Regulamento do Transporte Escolar, compreendendo o ano letivo de 2013**, assim descrito:

Item	Período	Km/rodado diário	Valor máx Km/rodado (R\$)	Valor máx pago por dia (R\$)	Valor máx pago por 200 dias (R\$)	Tipo do veículo
09	Tarde/Noite	63,00	1,49	93,87	18.774,00	Kombi/Van
18	Tarde	74,60	1,49	111,15	22.230,80	Kombi/Van

Cláusula Segunda - DO VALOR

Pelo fornecimento do objeto deste Contrato, proveniente do Pregão Presencial nº 001/2013 (PMRC), a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, o valor total estimado de **R\$ 41.004,80 (quarenta e um**



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CLARO
ESTADO DO PARANÁ



mil e quatro reais e oitenta centavos), pela contratação descrita nos itens 09 e 18, incluindo todas as despesas acessórias, seguros, manutenção dos veículos.

Cláusula Terceira - DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá a vigência de 14 de Fevereiro de 2013 a 31 de Dezembro de 2013, compreendendo 200 (duzentos) dias letivos, momento em que se encerrará a obrigação recíproca das partes, podendo ser prorrogado nas hipóteses previstas no Art. 57, da Lei 8.666/93, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração.

Cláusula Quarta - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente Contrato ocorrerão à conta dos recursos financeiros da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer, que segue:

Org/Uni	Classificação Orçamentária					Classificação Econômica	Fonte Recursos	Descrição Fonte Recursos	Descrição		
0401	12	361	012	2	016	33903303	1000	Recursos ordinários (Livres)	Despesas Escolares	com	Transporte
0401	12	361	012	2	016	33903303	1103	5% sobre transferências constitucionais – FUNDEB	Despesas Escolares	com	Transporte
0401	12	361	012	2	016	33903303	1504	Royalties e outras compensações financeiras e patrimoniais não previdenciárias	Despesas Escolares	com	Transporte
0401	12	361	012	2	016	33903303	1107	Salário Educação	Despesas Escolares	com	Transporte
0401	12	361	012	2	016	33903303	31117	MDE/ PNATE – Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar	Despesas Escolares	com	Transporte
0401	12	361	012	2	016	33903303	31131	MDE/ SEED – Transporte Escolar	Despesas Escolares	com	Transporte

Cláusula Quinta - DO PAGAMENTO

O pagamento dos quilômetros rodados será efetuado mensalmente até o 15º (décimo quinto) dia útil subsequente à prestação dos serviços, devidamente atestado pela Coordenadoria dos Serviços, observando-se a ordem cronológica do protocolo do pedido, conforme Lei Federal nº 8.666/93.

- A CONTRATADA deverá apresentar, até o dia 25 de cada mês, o relatório da prestação de serviços referente ao período de 30 dias, devendo o mesmo ser previamente aprovado pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer.
- As Notas Fiscais deverão ser emitidas pela CONTRATADA, ou seja, com o CNPJ idêntico ao que consta neste Contrato, não sendo admitida a emissão por filiais da mesma ou por terceiros, e se forem constatadas incorreções serão as notas fiscais devolvidas e seu vencimento ocorrerá após a reapresentação das mesmas devidamente retificadas.
- O pagamento será feito mediante crédito aberto em conta corrente em nome da CONTRATADA ou em cheque nominal.
- A CONTRATADA deverá transcrever no corpo da Nota Fiscal o número da Agência e Conta Corrente da empresa.
- Para a efetivação do pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar juntamente com a Nota Fiscal a Prova de Regularidade relativa à Seguridade Social – INSS, o Certificado de Regularidade do FGTS e o Certificado de Regularidade Trabalhista – CNDT.

Parágrafo Primeiro: Dos valores a serem pagos, 60% (sessenta por cento) serão considerados como prestação de serviços propriamente dito (rendimento tributável), e os restantes, 40% (quarenta por cento), serão considerados como manutenção (combustíveis e peças) do veículo utilizado (rendimento não tributável para fins do Imposto de Renda).

Parágrafo Segundo: O CONTRATANTE disporá do prazo de 03 (três) dias úteis para efetuar o atesto, ou sujeitar os documentos de cobrança por erros ou incorreções em seu procedimento;

Parágrafo Terceiro: O CONTRATANTE não fará nenhum pagamento a CONTRATADA antes de pagar ou relevada à multa que porventura lhe tenha sido aplicada.

Cláusula Sexta - DAS CONDIÇÕES E DA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS



O objeto deste Contrato deverá ser realizado de acordo com o Projeto Básico do Transporte Escolar, obedecendo às necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer, contados da emissão da Autorização de Entrega/ Ordem de Serviços, expedida pelo Departamento de Compras ou funcionário designado para tal fim.

Parágrafo Único: A realização dos serviços deverá ser realizada no local indicado na Autorização de Compras/ Ordem de Serviços, correndo por conta da CONTRATADA as despesas com frete, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e todas as despesas decorrentes da prestação dos serviços.

Cláusula Sétima - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

O CONTRATANTE se obriga a:

- a) Efetuar o pagamento na forma convencionada na Cláusula Quinta do presente instrumento, dentro do prazo previsto, desde que atendidas às formalidades previstas;
- b) Designar um representante para acompanhar e fiscalizar a execução do presente Contrato, que deverá anotar em registro próprio, todas as ocorrências verificadas;
- c) Notificar imediatamente a CONTRATADA sobre as faltas e defeitos observados na execução do Contrato.

Cláusula Oitava - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Para execução dos serviços objeto deste Contrato, a CONTRATADA se obriga a:

Cláusula Oitava - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Para execução dos serviços objeto deste Contrato, a CONTRATADA se obriga a:

- 1) Executar fielmente o objeto Contratado, conforme as especificações contidas na Lei Municipal nº 143/99 e do Regulamento do Serviço de Transporte Escolar;
- 2) Reparar, corrigir, refazer as suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes das execuções dos serviços;
- 3) Atender às determinações regulares do representante designado pela CONTRATANTE e da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer, bem como às de autoridade superior;
- 4) Aceitar a ampliação ou redução do objeto contratado, nos limites estabelecidos no Art. 65 e seus parágrafos e incisos da Lei nº 8.666/93;
- 5) Sujeitar-se à prorrogação de prazo do Contrato, nos termos do artigo 57, inciso II, também da Lei supracitada, caso haja interesse da Administração;
- 6) Responder pelos danos causados diretamente a CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente Contrato, devendo a CONTRATANTE, através do órgão competente, notificar a CONTRATADA para reparar o dano causado no prazo que fixar;
- 7) Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução do presente Contrato, tais como: salários; seguros de acidentes; taxas, impostos e contribuições; indenizações; encargos trabalhistas; encargos previdenciários; encargos fiscais; encargos comerciais e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo.
- 8) Arcar com todas as despesas decorrentes dos serviços a serem executados, correndo por sua conta e risco a utilização de ferramentas, equipamentos, transportes, instrumentos e materiais necessários à execução dos serviços;
- 9) Utilizar exclusivamente pessoal habilitado à prestação dos serviços Contratados, sendo admitida à substituição por outro profissional de aptidão equivalente ou superior, desde que previamente aprovado pela CONTRATANTE;
- 10) Fazer apresentação mensal das Guias de Recolhimento de INSS FGTS e o Certificado de Regularidade Trabalhista – CNDT;
- 11) Possuir seguro de responsabilidade civil obrigatório de transporte rodoviário;
- 12) Assumir integralmente qualquer tipo de indenização contra terceiros, proveniente da execução do serviço ora contratado;
- 13) Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE;
- 14) Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração praticada por si ou por seus empregados, seja qual for, ainda que no recinto da CONTRATANTE;



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CLARO
ESTADO DO PARANÁ



- 15) Executar o serviço de modo satisfatório e de acordo com o Regulamento do Transporte Escolar – Lei Municipal nº 143/99 - Anexo II;
- 16) Cumprir os horários e itinerários fixados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer;
- 17) Responder por si e por seus prepostos, por danos causados ao Município ou a terceiros por sua culpa ou dolo;
- 18) Cumprir as Leis, Portarias e Resoluções do Município;
- 19) Submeter os veículos trimestralmente às vistorias técnicas determinadas pelo Município;
- 20) Manter os veículos sempre limpos e em condições de segurança;
- 21) Arcar com as despesas referentes aos serviços objeto da presente licitação, inclusive os Tributos Municipais, Estaduais e Federais incidentes sobre os serviços prestados;
- 22) Manter, durante todo o prazo de vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação compatíveis com a obrigação assumida;
- 23) Adequar os veículos a serem utilizados no transporte escolar às determinações do Código Nacional de Trânsito, sobretudo à exigência de possuir, na traseira e nas laterais de sua carroçaria, em toda a sua extensão, faixa horizontal amarela, pintada a meia altura, na qual se inscreverá o Dístico "Escolar";
- 24) Ter instalado, em cada veículo executante do transporte escolar, equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo, lanternas de luz branca, fosca ou amarela, dispostas nas extremidades da parte superior dianteira, bem como lanternas de luz vermelha dispostas na extremidade superior da parte traseira, além de cintos de segurança em número igual à lotação;
- 25) Prestar serviço adequado ao pleno atendimento dos alunos, conforme estabelecido no regulamento do transporte escolar, respeitando rigidamente os trechos dos itinerários e de modo a satisfazer as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação, devendo, para tanto, procurar modernizar seus veículos, e mantê-los em bom estado de conservação, bem como realizar as obrigações que lhe competem;
- 26) Manter durante o período de prestação dos serviços veículo tipo ônibus/ micro ônibus com 20 (vinte) anos ou menos, e, veículo tipo Van/ Kombi com 10 (dez) anos ou menos.
- 27) Assumir, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados ou o próprio CONTRATADO no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência da CONTRATANTE;
- 28) Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionadas aos serviços, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;
- 29) Assumir ainda, a responsabilidade, pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do objeto deste Contrato;
 - a) A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos no item anterior, não transferem a responsabilidade por seu pagamento à CONTRATANTE, nem poderá onerar o objeto desta contratação, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, para com a CONTRATANTE;
- 30) O motorista da CONTRATADA, responsável pelo transporte dos alunos, fica obrigado a respeitar às quatro horas dos professores em sala de aula;
- 31) Realizar os serviços de transporte de acordo com as determinações da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer, tendo dentre outras obrigações transportar somente: alunos de todas as modalidades de ensino, professores e funcionários públicos municipais vinculados à educação municipal.
- 32) Apresentar documentação de todos os seus motoristas para cadastro no SIGET, sendo:
 - a) Cópia da Carteira de Identidade;
 - b) Cópia do CPF/MF;
 - c) Cópia da Carteira Nacional de Habilitação na Categoria mínima "D";
 - d) Cópia do Certificado para Condução de Veículo de Transporte Escolar;



- e) Declaração que conhece o Regulamento do Transporte Escolar;
f) Atestado de Antecedentes Criminais em nome dos condutores dos veículos, emitido pelo Instituto de Identificação da Sede da Empresa, ou do Estado emissor da Carteira de Identidade do condutor.
- 33) Entregar os alunos nas escolas no máximo em 40 minutos e no mínimo em 10 minutos antes do horário de início das aulas;
- 34) Efetuar a entrega dos alunos em quaisquer Escolas da Rede Pública de Ensino que se fizer necessário, de acordo com a orientação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer;
- 35) Solicitar inspeção e autorização prévia toda vez que necessitar efetuar a substituição do veículo que realiza o transporte;
- 36) Possuir Seguro de Responsabilidade Civil de Transporte Coletivo, com cobertura de acidentes pessoais completa aos ocupantes do veículo, com cobertura mínima de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para Morte Acidental por Passageiro; R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para Invalidez Total ou Parcial Permanente por Acidente por Passageiro, e, R\$ 6.000,00 (seis mil reais) para Despesa Médico-Hospitalar por Passageiro;
- 37) É terminantemente proibida a troca, venda ou cessão do item (linha) descrito no objeto deste Contrato, acarretando na rescisão do mesmo e na aplicação das sanções administrativas.

Cláusula Nona - DA RESCISÃO UNILATERAL

A CONTRATADA reconhece os direitos de rescisão unilateral deste ajuste por parte da CONTRATANTE nos termos dispostos no artigo 79, inciso I e seguintes da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, inclusa a Lei nº 9.648/98.

Cláusula Décima - DOS ENCARGOS

Todos os encargos decorrentes da execução do presente Contrato sejam eles sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, civis, criminais e outras, serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA.

Cláusula Décima Primeira - DO REAJUSTE DE PREÇOS

Ocorrendo as hipóteses previstas no artigo 65, inciso II, alínea "d" da Lei nº 8.666/93, poderá ser concedido, transcorrido no mínimo 30 (trinta) dias letivos do prazo de vigência do contrato, reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, requerido pelo contratado, desde que documental e suficientemente comprovado o desequilíbrio contratual.

Parágrafo Primeiro: Toda vez que houver elevação oficial no preço dos combustíveis o valor do quilômetro rodado sofrerá oscilação do preço em 50% (cinquenta por cento) do reajuste ou redução aplicada ao valor do combustível pago pelo quilômetro rodado.

Parágrafo Segundo: As quilometragens constantes desta licitação poderão sofrer alterações para mais ou para menos no decorrer do período de contratação, em virtude de mudanças de alunos nas proximidades de cada percurso, devendo nestes casos ser feitos aditivos de acréscimo ou redução ao contrato de acordo com o especificado no Art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93.

Cláusula Décima Segunda - DA GARANTIA CONTRATUAL

Como garantia de execução plena do objeto e fiel cumprimento dos termos deste Contrato, a CONTRATANTE terá a garantia de executar a CONTRATADA no caso de rescisão determinada por ato unilateral para ressarcimento e indenizações a ela devida, bem assim no caso de aplicação de multas após regular processo administrativo.

Cláusula Décima Terceira - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA garantida a prévia defesa:

- a) Multa - A não observância do prazo de execução dos serviços pela adjudicatária implicará multa à CONTRATADA na razão de 0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor global do Contrato, por dia que exceder aos prazos estipulados, bem como multas na forma da Lei e no seu mais alto valor percentual permitido, em decorrência do não cumprimento de outras



- cláusulas contratuais, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, devidamente justificado pela CONTRATADA e comprovado pelo CONTRATANTE, dentro do prazo estipulado no Contrato;
- b) As penalidades aplicadas com base na Lei Municipal nº 143/99 e no Regulamento do Serviço de Transporte Escolar, não se confundem com as prescritas em outras legislações, como também não elidem quaisquer responsabilidades de natureza civil ou criminal perante terceiros;
- c) Cabe à Administração aplicar o que estabelece o artigo 87 da Lei nº 8.666/93, ou seja, "sendo que no caso de multa, esta corresponderá a 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato";

Parágrafo Único: A importância correspondente à multa deverá ser recolhida junto à Prefeitura Municipal de Ribeirão Claro, Estado do Paraná, em 48 (quarenta e oito) horas ou o valor ser descontado das faturas a serem pagas. Os motivos de força maior, caso justificado até o 8º (oitavo) dia posterior à ocorrência, poderão a critério e juízo do CONTRATANTE, relevar as multas aplicadas.

Cláusula Décima Quarta - DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto no artigo 58 e nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Primeiro: Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

Parágrafo Segundo: A rescisão do contrato poderá ser:

- a) Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XIII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada, notificando-se a CONTRATADA no prazo de 30 (trinta) dias; ou
- b) Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo neste Contrato desde que haja conveniência para o CONTRATANTE, ou
- c) Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

Parágrafo Terceiro: A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização estrita e fundamentada da autoridade competente.

Parágrafo Quarto: Na hipótese de a rescisão ser procedida por culpa da CONTRATADA, fica o CONTRATANTE autorizado a reter os créditos que aquela tem direito, até o limite do valor dos danos comprovados, sem prejuízo das penalidades aplicáveis.

Parágrafo Quinto: Durante a vigência do Contrato, a CONTRATANTE se reserva ao direito de além de em outros casos que possam exigir, cancelar linhas quando:

- a) O número de alunos da mesma for incompatível com o veículo mencionado no Edital;
- b) Inexistir alunos na linha licitada;
- c) Diante das rotineiras dificuldades que o município encontra em receber do Governo do Estado recursos para custear as despesas com transporte escolar dos alunos de 6º a 9º ano e Ensino Médio, fica estabelecido que esta municipalidade poderá interromper a qualquer momento o transporte, caso não ocorra o repasse financeiro devido ao município, podendo desta forma ser executado somente o transporte de responsabilidade municipal, ou seja, de alunos do Ensino Fundamental I.

Cláusula Décima Quinta - DA GESTÃO, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

A gestão e acompanhamento do presente contrato serão realizados pela Sra. Andréia Dias Barbosa, servidora lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer, a qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços e exercer em toda a sua plenitude e ação fiscalizadora de que trata a Lei nº 8.666/93, bem como a Lei Municipal nº 143/99.

Parágrafo Primeiro: A fiscalização que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades, ou ainda resultante de imperfeições técnicas, vício redibitório e na ocorrência desses, não implica em co-responsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes prepostos.



Parágrafo Segundo: A CONTRATANTE se reserva ao direito de rejeitar no todo ou em parte os serviços prestados, se considerados em desacordo ou insuficientes, conforme os termos discriminados na proposta da CONTRATADA.

Cláusula Décima Sexta - OS DADOS DO CONTRATO

Os dados do Contrato são decorrentes do Edital de Pregão Presencial nº 001/2013 (PMRC).

Cláusula Décima Sétima - CASOS OMISSOS

Os casos omissos deste Contrato reger-se-ão pela Lei nº 10.520, de 17 de Julho de 2002, pelos Decretos Federais nº 3.931, de 19 de Setembro de 2001 e nº 4.342, de 23 de Agosto de 2002, pela Lei Municipal nº 255, de 19 de Abril de 2006, pelo Decreto Municipal nº 356, de 23 de Agosto de 2007, aplicando-se subsidiariamente no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações posteriores, pelo Edital de Pregão Presencial nº 001/2011 (PMRC), pela Lei Municipal nº 143/99, pelo Regulamento do Serviço de Transporte Escolar e demais Legislações aplicáveis à espécie.

Cláusula Décima Oitava - DA PUBLICAÇÃO

O presente instrumento será publicado em resumo, no Órgão Oficial do Município, consoante dispõe o Art. 61, parágrafo único da Lei nº 8.666/93.

Cláusula Décima Nona - O FORO

O foro do presente contrato será o da Comarca de Ribeirão Claro, Estado do Paraná, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução do presente contrato, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e pactuados, firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor, na presença de testemunhas abaixo arroladas pela sua validade e eficácia jurídica.


Ribeirão Claro-Pr, 08 de Fevereiro de 2013.


Geraldo Maurício Araújo
Prefeito Municipal - Contratante



José Ferreira
J. Ferreira & M. J. Ferreira Ltda - Contratada


Cleuza Molini Ormeneze
Sec Mun de Educação, Cultura, Esportes e Lazer -
Contratante

Testemunhas:


Andréia Dias Barbosa
Gestora do Contrato


Visto Departamento Jurídico


Simeão Sampaio de Paula
Advogado
OAB-PR. 55.803

Câmara Municipal de Itamaracá
ESTADO DO PARANÁ
PORTARIA Nº 003/2013

Francisco Sanches Filho, Presidente da Câmara Municipal de Itamaracá, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Resolve:

Art. 1º - Designar os membros FERNANDA REGINA ZANATA, CLAUDIO OSSAMU KOHATA e TAKEMITSU HASHIGUTI, sob a Presidência do primeiro e a Secretaria do segundo, para comporem a Comissão de Licitação para a abertura e julgamento das propostas referentes a Licitações Públicas da Câmara Municipal no exercício de 2013.

Art. 2º - Registre-se, publique-se e cumpra.

Edifício da Câmara Municipal de Itamaracá, em 07 de fevereiro de 2013.

FRANCISCO SANCHES FILHO
Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CLARO
ESTADO DO PARANÁ
EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 159/2012 (PMRC)
PREGÃO PRESENCIAL Nº 090/2012 (PMRC)

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CLARO - PARANÁ
CNPJ/MF: 75.449.579/0001-73

CONTRATADA: OLIRAM COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME
CNPJ/MF: 75.230.367/0001-09

OBJETO: A possível aquisição de guias com sarjetas tipo pré-moldado e materiais de construção diversos, para drenagem de águas pluviais no Patrimônio dos Abreu, neste município de Ribeirão Claro.

PRAZO: 09 de Fevereiro de 2013 a 09 de Maio de 2013.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal 8.666/93 de 21 de Julho de 1993, Ribeirão Claro-PR, 07 de Fevereiro de 2013.

Gerardo Maurício Araújo
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CLARO
ESTADO DO PARANÁ
EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 148/2012 (PMRC)
TOMADA DE PREÇOS Nº 030/2012 (PMRC)

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CLARO - PARANÁ
CNPJ/MF: 75.449.579/0001-73

CONTRATADA: SÉRGIO ROBERTO PEREIRA 608.577.909-78
CNPJ/MF: 15.845.874/0001-73

OBJETO: A possível contratação de empresa de construção civil, microempreendedor individual ou construtor civil autônomo, para empreitada na execução de serviços de assentamento de canalatos de concreto pré-moldado, para escoamento e drenagem de águas pluviais, em cruzamentos de vias urbanas públicas municipais; para empreitada na execução de serviços de assentamento de guias com sarjetas de concreto pré-moldadas.

PRAZO: 11 de Fevereiro de 2013 a 12 de Março de 2013.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal 8.666/93 de 21 de Julho de 1993, Ribeirão Claro-PR, 07 de Fevereiro de 2013.

Gerardo Maurício Araújo
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CLARO
ESTADO DO PARANÁ
EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 155/2012 (PMRC)
TOMADA DE PREÇOS Nº 032/2012 (PMRC)

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CLARO - PARANÁ
CNPJ/MF: 75.449.579/0001-73

CONTRATADA: CAVALARI - MOTORES E EQUIPAMENTOS LTDA
CNPJ/MF: 08.029.343/0001-90

OBJETO: A contratação de empresa especializada para realização de serviços mecânicos com fornecimento integral de peças, nos equipamentos da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, sendo 01 Carregadeira de Rodas Volvo L-70-D, ano 2002 - Série XL70DV7051X, 01 Pá Carregadeira Caterpillar 924F, e Pá Carregadeira Michigan 55C.

PRAZO: 10 de Fevereiro de 2013 a 20 de Março de 2013.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal 8.666/93 de 21 de Julho de 1993, Ribeirão Claro-PR, 07 de Fevereiro de 2013.

Gerardo Maurício Araújo
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CLARO
ESTADO DO PARANÁ
PORTARIA Nº 941/2013.

O Prefeito Municipal de Ribeirão Claro, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, considerando o resultado final do concurso público realizado para o emprego de Professor, homologado pelo Decreto n.º 155/2011, de 21/12/2011, considerando a solicitação emanada da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; considerando a existência de vagas para o emprego público do Professor (a), conforme disposto na Lei Complementar n.º 20/2009, de 31 de março de 2009; considerando a exoneração da professora municipal Eliana Maria Baggio da Silva.

Resolve

Art. 1º. Contratar, face habilitação em concurso público, para exercer o emprego público do Professor, junto à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer, com uma jornada de 20:00 horas semanais, a partir de 04 de fevereiro de 2013, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, a candidata Anicélia Maria Paladino Lustre, portadora da CTPS n.º 80881 - 00056/PR, aprovada em 19º lugar no respectivo certame.

Art. 2º. A servidora admitida no caput do art. 1º será submetida à avaliação de desempenho, podendo haver rescisão do contrato de trabalho por conduta tipificada como falta grave ou por insuficiência de desempenho, verificadas em processo com direito à ampla defesa e ao contraditório.

Art. 3º. Publique-se e arquite-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Ribeirão Claro, Estado do Paraná, em 7 de fevereiro de 2013.

GERALDO MAURÍCIO ARAÚJO
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CLARO
ESTADO DO PARANÁ
EXTRATO DE CONTRATO Nº 010/2013 (PMRC)
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2013 (PMRC)

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CLARO - PARANÁ
CNPJ/MF: 75.449.579/0001-73

CONTRATADA: LENITADA SILVA TRANSPORTES-EIRELI-ME
CNPJ/MF: 15.681.168/0001-87

OBJETO: A concessão a pessoa jurídica, habilitada para transporte coletivo na área de transporte escolar, destinado à zona urbana e rural deste município, para prestar serviço à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer, conforme percursos, quilômetros e valores máximos por item, contidos no Projeto Básico do Transporte Escolar, bem como nas condições estabelecidas pela Lei Municipal nº 143/99 e pelo Regulamento do Transporte Escolar, compreendendo o ano letivo de 2013.

VALOR: R\$ 85.021,40 (oitenta e cinco mil e vinte e um reais e quatrocentos e vinte e um centavos).

PAGAMENTO: Até o 15º (décimo quinto) dia útil subsequente à prestação dos serviços, devidamente atestado pela Coordenadora dos Serviços, observando-se a ordem cronológica do protocolo do pedido.

VIGÊNCIA: 14 de Fevereiro de 2013 a 31 de Dezembro de 2013.

ASSINATURA: 08 de Fevereiro de 2013.

FORO: Ribeirão Claro, Estado do Paraná.

Ribeirão Claro, 08 de Fevereiro de 2013.

Gerardo Maurício Araújo
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO MAIRINCK
ESTADO DO PARANÁ
PORTARIA Nº 17/2013

O Prefeito Municipal de Conselheiro Mairinck, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 93, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais Lei 111/92.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder a servidora municipal VIVIA APARECIDA DA SILVA OGG, cargo de DIGITADORA, portadora da cédula de identidade RG nº 8.247.851-2, 02 (dois) anos de licença sem remuneração.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município de Conselheiro Mairinck, Estado do Paraná, aos 05 dias do mês de fevereiro de 2013.

LUIS CARLOS SANCHES BUENO
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CLARO
ESTADO DO PARANÁ
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Prefeito Municipal de Ribeirão Claro, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e considerando o afastamento temporário da servidora municipal Patrícia Baggio Franke Nêta, ocupante de dois padrões do cargo de professora junto a esta municipalidade, no período de 21.01.2013 a 20.05.2013, para gozo de licença maternidade; considerando os termos do Ofício n.º 007/2013, de 25.01.2013, emanado da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer; considerando a vigência do Teste Seletivo Público n.º 001/2011, realizado para a contratação temporária de Professor substituto; considerando o disposto na Lei Complementar n.º 005/2006, de 23.03.2006, que dispõe sobre a contratação de pessoal por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, no âmbito deste município; considerando a desclassificação da candidata Marli Aparecida de Souza.

Resolve

Convocar, de conformidade com o inciso 13.13 do Capítulo 13 do Edital de Processo Seletivo Público n.º 001/2011, de 22.09.2011, a candidata Daiana Bruna Zansávio Serafim, inscrição n.º 000020001, aprovada em 12º lugar no processo seletivo realizado para Professor substituto, para comparecer no dia 19.02.2013 às 10:00 horas da manhã, na Divisão de Pessoal deste município, localizada na Rua Cel. Emílio Gomes, 731, munida dos documentos a seguir especificados, visando submeter-se a exame médico admissional para provimento de vaga existente para aquela função:

- I. Fotocópias
 - 1. Identidade, CPF, Título de Eleitor, comprovando de votação nas últimas eleições, certidão de casamento, certidão de nascimento de filhos menores de 14 anos, acompanhada do cartão da criança (idade até 6 anos) e da declaração de matrícula e frequência escolar (idade entre 7 e 14 anos).
 - II. Comprovante de Residência.
 - III. Comprovante de formação mínima para a docência.
 - IV. Documentos Originais:
 - I. Certidão negativa de Antecedentes Criminais.
 - II. 01 foto 3 X 4 recente (colorida)
 - III. Carteira do Trabalho com comprovante de inscrição no PIS/PASEP
 - IV. Declaração emitida pelo órgão contratante (no caso do candidato ter exercido cargo ou emprego público) de que não sofreu penalidade, no exercício de cargo ou emprego público, nem foi demitido a bem do serviço público.
 - V. Declaração de que não porocbe proventos do aposentadoria, via implique acumulação com a remuneração do emprego público a que está sendo convocado, excetuadas as hipóteses previstas no art. 37, inciso XVI e XVII da Constituição Federal vigente.
 - VI. Declaração de que não ocupa outro cargo ou emprego público, excetuadas as hipóteses previstas no art. 37, inciso XVI e XVII da Constituição Federal vigente, quando deverá ser indicada a carga horária semanal, a compatibilidade de horários e a atenção aos limites remuneratórios estipulados pelo inciso XI do art. 37 da CF.
 - VII. Declaração de Bens e Valores.

Em caso de não atendimento da presente convocação, a candidata será desclassificada devendo ser convocado o candidato subsequente, de acordo com o inciso 13.13 do Capítulo 13 do supracitado edital.

Edifício da Prefeitura Municipal de Ribeirão Claro, Estado do Paraná, em 8 de fevereiro de 2013.

GERALDO MAURÍCIO ARAÚJO
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CLARO
ESTADO DO PARANÁ
PORTARIA Nº 042/2013

O Prefeito Municipal de Ribeirão Claro, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.

Resolve

Art. 1º. Nomear, a partir de 1 de fevereiro de 2013, nos termos da Lei Complementar n.º 20/2009, de 31.03.2009, para exercer o cargo de Chefe do Departamento de Cultura, símbolo CC-02, de provimento em comissão, a professora municipal Narda Heloisa Jorosz, portadora da CIRG n.º 6.777.983-5/PR.

Art. 2º. Para fins de cumprimento do disposto na Lei Municipal n.º 837/2012, de 30.05.2012, que dispõe sobre vedações, para nomeações em cargos de provimento em comissão e funções de confiança, deverá a servidora de que trata o caput do art. 1º, apresentar declaração atestando que não se enquadra nos termos da referida norma.

Art. 3º. Consoante redação do art. 1º da Lei Municipal n.º 129/2005, de 31.05.2005, deverá obrigatoriamente a servidora de que trata o caput do art. 1º, para fins de exercício no respectivo cargo de provimento em comissão, apresentar certidão negativa de débitos para com o município de Ribeirão Claro.

Art. 4º. Publique-se e arquite-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Ribeirão Claro, Estado do Paraná, em 8 de fevereiro de 2013.

GERALDO MAURÍCIO ARAÚJO
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CLARO
ESTADO DO PARANÁ
EXTRATO DE CONTRATO Nº 009/2013 (PMRC)
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2013 (PMRC)

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CLARO - PARANÁ
CNPJ/MF: 75.449.579/0001-73

CONTRATADA: J. FERREIRA & M. J. FERREIRA LTDA - CNPJ/MF: 11.431.275/0001-04

OBJETO: A concessão a pessoa jurídica, habilitada para transporte coletivo na área de transporte escolar, destinado à zona urbana e rural deste município, para prestar serviço à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer, conforme percursos, quilômetros e valores máximos por item, contidos no Projeto Básico do Transporte Escolar, bem como nas condições estabelecidas pela Lei Municipal nº 143/99 e pelo Regulamento do Transporte Escolar, compreendendo o ano letivo de 2013.

VALOR: R\$ 41.004,80 (quarenta e um mil e quatro reais e oitenta centavos).

PAGAMENTO: Até o 15º (décimo quinto) dia útil subsequente à prestação dos serviços, devidamente atestado pela Coordenadora dos Serviços, observando-se a ordem cronológica do protocolo do pedido.

VIGÊNCIA: 14 de Fevereiro de 2013 a 31 de Dezembro de 2013.

ASSINATURA: 08 de Fevereiro de 2013.

FORO: Ribeirão Claro, Estado do Paraná.

Ribeirão Claro, 08 de Fevereiro de 2013.

Gerardo Maurício Araújo
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CLARO
ESTADO DO PARANÁ
EXTRATO DE CONTRATO Nº 008/2013 (PMRC)
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2013 (PMRC)

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CLARO - PARANÁ
CNPJ/MF: 75.449.579/0001-73

CONTRATADA: L. DA SILVA & C. RODRIGUES LTDA - ME - CNPJ/MF: 11.427.336/0001-07

OBJETO: A concessão a pessoa jurídica, habilitada para transporte coletivo na área de transporte escolar, destinado à zona urbana e rural deste município, para prestar serviço à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer, conforme percursos, quilômetros e valores máximos por item, contidos no Projeto Básico do Transporte Escolar, bem como nas condições estabelecidas pela Lei Municipal nº 143/99 e pelo Regulamento do Transporte Escolar, compreendendo o ano letivo de 2013.

VALOR: R\$ 26.730,50 (vinte e seis mil, setecentos e trinta reais e sessenta centavos).

PAGAMENTO: Até o 15º (décimo quinto) dia útil subsequente à prestação dos serviços, devidamente atestado pela Coordenadora dos Serviços, observando-se a ordem cronológica do protocolo do pedido.

VIGÊNCIA: 14 de Fevereiro de 2013 a 31 de Dezembro de 2013.

ASSINATURA: 08 de Fevereiro de 2013.

FORO: Ribeirão Claro, Estado do Paraná.

Ribeirão Claro, 08 de Fevereiro de 2013.

Gerardo Maurício Araújo
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE JACAREZINHO
ESTADO DO PARANÁ
DECRETO Nº 3763/2013

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACAREZINHO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando a Lei Complementar nº 38/2009, de 31.08.2009, e demais alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado em Comissão para o cargo de Chefe de Seção do Rodoviária e Arquivo Geral, da Secretaria Municipal de Administração, Símbolo CCA, Jussara Vieira de Souza, a contar de 01 de fevereiro de 2013.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio São Sebastião, Gabinete do Prefeito Municipal de Jacarezinho, em 04 de fevereiro de 2013.

Sergio Eduardo Emgídio de Faria
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE JACAREZINHO
ESTADO DO PARANÁ
DECRETO Nº 3764/2013

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACAREZINHO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido o Horário normal de Funcionamento para os servidores públicos municipais na sede do Poder Executivo Municipal bem como suas demais Secretarias de acordo a seguir das 8:00 às 11:30 hs no período da manhã e das 13:00 às 17:30 hs no período da tarde.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio São Sebastião, Gabinete do Prefeito Municipal de Jacarezinho, em 04 de fevereiro de 2013.

Sergio Eduardo Emgídio de Faria
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE JACAREZINHO
ESTADO DO PARANÁ
DECRETO Nº 3762/2013

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACAREZINHO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando a Lei Complementar nº 38/2009, de 31.08.2009, e demais alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado em Comissão para o cargo de Chefe de Seção do Departamento Jurídico, da Secretaria Municipal de Gabinete, Símbolo CCA, Rafael Vizieli Martini Lima, a contar de 01 de fevereiro de 2013.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio São Sebastião, Gabinete do Prefeito Municipal de Jacarezinho, em 05 de fevereiro de 2013.

Sergio Eduardo Emgídio de Faria
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE JACAREZINHO
ESTADO DO PARANÁ
ERRATA

Com referência no Decreto nº. 3.760/2013 publicado nesta edição nº. 1103, no dia 07 de fevereiro de 2013, faz-se a seguinte correção:

ONDE SE LÊ:

Art. 1º Fica declarado Pontos Facultativos nas Repartições Públicas Municipais, os dias 11 e 12 de fevereiro de 2012, durante todo o expediente, e o dia 13 de fevereiro de 2013, até as 13 horas.

LEIA-SE:

Art. 1º Fica declarado Pontos Facultativos nas Repartições Públicas Municipais, os dias 11 e 12 de fevereiro de 2013, durante todo o expediente, e o dia 13 de fevereiro de 2013, até as 13 horas.

Jacarezinho, 08 de fevereiro de 2013.

Sergio Eduardo Emgídio de Faria
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CLARO
ESTADO DO PARANÁ
EDITAL DE DESCLASSIFICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Ribeirão Claro, Estado do Paraná, por seu Prefeito Municipal que a este subscroeu, torna público, a desclassificação da candidata Marli Aparecida de Souza, inscrição n.º 000020008, aprovada em 19º lugar no processo seletivo realizado para Professor substituto, conforme Edital de Processo Seletivo Público n.º 001/2011, em razão de não anuir à convocação realizada pelo Edital datado de 30.01.2013, publicado no Jornal Párola do Norte em 01.02.2013.

Edifício da Prefeitura Municipal de Ribeirão Claro, Estado do Paraná, em 8 de fevereiro de 2013.

GERALDO MAURÍCIO ARAÚJO
PREFEITO MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO MAIRINCK
ESTADO DO PARANÁ
EXTRATO DE CONTRATO ref: PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2013

Objeto: "aquisição de sêmen e material de inseminação artificial para atender às necessidades do Departamento de Agricultura, durante um período de 12 (doze) meses"

Contratante: Prefeitura Municipal de Conselheiro Mairinck; Contrato nº 012/2013

Contratada: Alta Genética do Brasil Ltda, CNPJ nº 00.771.945/0001-07, Valor: R\$ 5.362,00 (cinco mil trezentos e sessenta e dois reais);

Contrato nº 013/2013

Contratada: Embriõesom Equipamentos Agropecuários Ltda, CNPJ nº 02.319.237/0001-65 Valor: R\$ 3.735,00 (três mil setecentos e trinta e cinco reais);

Contrato nº 014/2013

Contratada: Generations Brasil Comercio de Sêmen Ltda, CNPJ nº 07.817.465/0001-89, Valor: R\$ 4050,00 (quatro mil cinqüenta reais)

Contrato nº 015/2013

Contratada: Lagoa da Serra, CNPJ nº 05.162.045/0001-86, Valor: R\$ 4.120,00 (quatro mil cento e vinte reais);

Contrato nº 016/2013

Contratada: Nitrosômen Produtos Agropecuários Ltda, CNPJ nº 85.093.524/0001-27, Valor: R\$ 1.345,80 (um mil trezentos e quarenta e cinco reais e oitenta centavos)

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura do contrato.

Conselheiro Mairinck, 08 de Fevereiro de 2013.

Luis Carlos Sanches Bueno
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CLARO
ESTADO DO PARANÁ
EXTRATO DE CONTRATO Nº 009/2013 (PMRC)
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2013 (PMRC)

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CLARO - PARANÁ
CNPJ/MF: 75.449.579/0001-73

CONTRATADA: L. DA SILVA & C. RODRIGUES LTDA - ME - CNPJ/MF: 11.427.336/0001-07

OBJETO: A concessão a pessoa jurídica, habilitada para transporte coletivo na área de transporte escolar, destinado à zona urbana e rural deste município, para prestar serviço à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer, conforme percursos, quilômetros e valores máximos por item, contidos no Projeto Básico do Transporte Escolar, bem como nas condições estabelecidas pela Lei Municipal nº 143/99 e pelo Regulamento do Transporte Escolar, compreendendo o ano letivo de 2013.

VALOR: R\$ 26.730,50 (vinte e seis mil, setecentos e trinta reais e sessenta centavos).

PAGAMENTO: Até o 15º (décimo quinto) dia útil subsequente à prestação dos serviços, devidamente atestado pela Coordenadora dos Serviços, observando-se a ordem cronológica do protocolo do pedido.

VIGÊNCIA: 14 de Fevereiro de 2013 a 31 de Dezembro de 2013.

ASSINATURA: 08 de Fevereiro de 2013.

FORO: Ribeirão Claro, Estado do Paraná.

Ribeirão Claro, 08 de Fevereiro de 2013.

Gerardo Maurício Araújo
Prefeito Municipal